

O boletim da CNseg destaca que, após a confirmação de crescimento maior que o esperado do PIB no segundo trimestre (alta de 1,2% sobre o trimestre anterior ou de 3,2% sobre o mesmo período do ano passado de acordo com o IBGE), ocorrem revisões para mais da taxa de crescimento do PIB anual. Para 2022, a estimativa avançou de 2,10% para 2,26%, subindo de 0,37% para 0,47% no próximo ano.

Esse movimento de alta é fruto de estímulos pontuais que impulsionaram a atividade no período – como, por exemplo, liberação de saques no FGTS e antecipação do 13º de beneficiários do INSS – ao lado de alguma melhora no mercado de trabalho, com aumento da ocupação e queda do desemprego (9,1% no trimestre encerrado em julho). O boletim lembra, porém, que a reação não alcançou a remuneração média real, que permanece em queda, segundo a PNADc divulgada na semana passada pelo IBGE.

Sobre a inflação, o boletim da CNseg assinala que “as projeções para o IPCA foram reduzidas mais uma semana: para este ano, a projeção para a inflação oficial está em 6,61%; para 2023, em 5,27%” segundo a pesquisa Focus, divulgada pelo Banco Central nesta segunda. Mesmo assim, essa ligeira perda de fôlego dos preços não muda a trajetória de alta da Selic de 2023, elevada de 11,00% para 11,25%. “Isso ocorre, provavelmente, pela percepção de que a queda da inflação este ano, impulsionada pela redução dos impostos sobre combustíveis, pode ter inércia para o ano que vem (a proposta orçamentária para 2023 manteve, inclusive, o corte de impostos federais sobre os combustíveis)”, diz o Boletim da CNseg. Na Europa, a inflação recorde deve exigir respostas duras de política monetária, assinala a publicação, ao chamar a atenção da importância da reunião do BCE nesta semana sobre juros básicos.

**Fonte:** CNseg, em 06.09.2022.